



A COLONIALIDADE DO SABER NO ACERVO DAS BIBLIOTECAS DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA

DOI: 10.56579/eduinterpe.v1i2.2254

Vanessa Levati Biffi¹; Daniel Conte²

¹ Doutoranda em Processos e Manifestações Culturais pela Universidade Feevale. E-mail: vanessalbiff@gmail.com

² Doutor em Literatura Brasileira, Portuguesa e Luso-africana pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: danielconte@feevale.br

RESUMO: Este estudo analisa a colonialidade do saber no acervo de três bibliotecas do Instituto Federal Farroupilha (IFFAR), mapeando a representatividade racial, de gênero e epistêmica em livros de História, Arte, Religião e Literatura, sob uma perspectiva decolonial e interseccional. Para atingir os objetivos propostos, o trabalho adota uma abordagem mista, combinando métodos quantitativos e qualitativos. Os resultados indicam a hegemonia de autores brancos, com baixa presença de autoras negras e ausência de autores dissidentes de gênero. Além disso, as temáticas analisadas refletem uma predominância eurocêntrica, excluindo epistemologias indígenas e afrocentradas. Essa exclusão epistêmica evidencia a urgência de revisar as políticas institucionais de acervo, assegurando sua conformidade com diretrizes educacionais, como as Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008. Conclui-se que a ampliação da diversidade autoral e temática nas bibliotecas dos Institutos Federais é fundamental para a construção de um espaço educacional mais inclusivo, equitativo e alinhado à diversidade cultural e social brasileira.

Palavras-chave: Colonialidade do saber; Bibliotecas; Instituto Federal Farroupilha.

INTRODUÇÃO

A colonialidade do saber, conceito discutido por Quijano (2005) e Mignolo (2006), evidencia como a produção e a circulação do conhecimento ainda operam sob lógicas eurocêntricas, relegando ao silenciamento epistemologias indígenas, afro-brasileiras e outras matrizes não ocidentais. Considerando que as bibliotecas dos Institutos Federais, incluindo o Instituto Federal Farroupilha (IFFAR), possuem um papel essencial na formação crítica dos estudantes, pois apoiam o currículo e servem ao acesso e a validação de determinados saberes, torna-se essencial investigar se os acervos dessas bibliotecas refletem a diversidade cultural e identitária da sociedade brasileira ou se ainda perpetuam um cânone bibliográfico restrito, que privilegia perspectivas ocidentalizadas em detrimento de outras formas de conhecimento.

Nesse contexto, este estudo analisa a colonialidade presente no acervo bibliográfico das bibliotecas do IFFAR, investigando a distribuição autoral e temática das obras disponibilizadas nas áreas de História, Arte, Religião e Literatura. A partir de uma lente decolonial e interseccional, a pesquisa busca mapear a representatividade racial, de gênero e epistêmica nos títulos disponíveis, identificando assimetrias que possam comprometer a pluralidade epistêmica na formação dos estudantes, bem como o reconhecimento e a valorização de identidades diversas no espaço escolar.



METODOLOGIA

O estudo adota uma abordagem mista, combinando métodos quantitativos e qualitativos. Foram analisados os catálogos bibliográficos de três bibliotecas do IFFAR, selecionadas por meio de amostragem por cotas, representando diferentes fases de expansão dos Institutos Federais (Fases I, II e III)¹. Para assegurar maior profundidade na investigação da diversidade autoral, priorizaram-se bibliotecas com maior proporção de estudantes não-brancos.

Na análise quantitativa, os títulos foram classificados segundo a autoria, considerando recortes de gênero e raça, conforme informações disponibilizadas na internet. Para a análise realizada, foram excluídas as obras que contavam com mais de três autores, bem como aquelas que foram organizadas ou editadas. No caso de títulos com dois ou três autores, sua inclusão no estudo ocorreu somente quando todos pertenciam à mesma categoria de classificação, a fim de assegurar maior precisão na identificação dos padrões de autoria. Já na abordagem qualitativa, foram examinadas as temáticas predominantes nos acervos, com especial atenção à exclusão de perspectivas indígenas e afrocentradas. A análise temática segmentou os títulos por área do conhecimento, identificando padrões de exclusão e possíveis desalinhamentos com diretrizes educacionais, como as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa revelou que do universo de 2101 títulos analisados, 78% pertencem a autores brancos, enquanto apenas 8,6% são de autoria de pessoas não-brancas. Essa distribuição evidencia um padrão de epistemicídio (Santos, 1995; Carneiro, 2005), onde determinadas formas de conhecimento são sistematicamente excluídas. Essa exclusão epistêmica é um reflexo da colonialidade do saber, pois perpetua a hierarquização dos conhecimentos e reforça a noção de que apenas determinadas epistemologias, geralmente eurocêtricas, são legítimas, enquanto outras formas de produção intelectual são marginalizadas ou invisibilizadas. Essa configuração reforça as análises de Almeida (2018) e Gomes (2012; 2021) sobre o racismo estrutural presente nas instituições de ensino, evidenciando que a escassez de produções intelectuais de autores não-brancos limita a construção de referenciais identitários diversos, dificultando a ampliação das perspectivas no ambiente acadêmico.

¹ Os Institutos Federais passaram por três fases principais de expansão, sendo elas a primeira e segunda fase, de 2003 a 2012, marcada por transformação das antigas Escolas Técnicas Federais, Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e Escolas Agrotécnicas Federais, e a expansão dessas instituições, e a terceira fase, iniciada de partir de 2013, marcada pela expansão e interiorização das instituições federais (Brasil, 2024).



No recorte de gênero, constatou-se uma predominância de autores homens (68,2%), enquanto as mulheres representam apenas 19,5% do acervo, sendo que autoras negras compõem apenas 1% desse total. Ao integrar essas duas dimensões, observa-se que a colonialidade do saber se expressa de maneira interseccional (Collins; Bilge, 2021), demonstrando que as hierarquias de poder não atuam isoladamente, mas de forma interligada, impactando de maneira específica e diferenciada os grupos historicamente marginalizados. Como argumentam Gonzalez (1984), Carneiro (2005), bell hooks (2013) e Collins (2019) a exclusão de mulheres negras da produção intelectual não é casual, mas resultado de um sistema patriarcal e colonialista que restringe a circulação de seus saberes. Essa marginalização no acervo das bibliotecas analisadas limita o acesso dos estudantes a uma diversidade de referenciais teóricos e culturais, prejudicando a construção de identidades plurais e o reconhecimento identitário de grupos historicamente marginalizados.

Não foram identificados títulos de autoria de gêneros dissidentes, o que evidencia um apagamento sistemático ainda mais acentuado dessa produção intelectual. A ausência de representatividade de pessoas trans e não binárias nos acervos das bibliotecas analisadas reflete a cisnormatividade que estrutura a sociedade e a produção de saberes (Bonassi, 2017; Vergueiro, 2016). Esse apagamento contribui para a manutenção de um modelo epistemológico restrito e a persistência de um cânone branco cisnormativo nas áreas analisadas, limitando o acesso dos estudantes a produções de autoria que desafiam as estruturas binárias e hegemônicas de gênero.

Do ponto de vista temático, as áreas analisadas refletem uma hegemonia eurocêntrica. Em Religião, por exemplo, identificou-se um acervo majoritariamente cristão, com apenas um título sobre religiões afro-brasileiras. Na Arte, das 87 obras analisadas, apenas três abordam a produção artística africana ou indígena. Em História, das 208 obras, 55 têm uma perspectiva afrocentrada; no entanto, nas demais, a narrativa predominante ainda segue a linearidade ocidental. A manutenção desse padrão nas bibliotecas do IFFAR indica que as políticas de acervo ainda seguem uma lógica colonial, perpetuando um currículo restritivo e homogêneo.

Essa exclusão epistêmica contradiz a legislação educacional vigente, que prevê a valorização das culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas no ensino. A ausência de títulos que abordem essas temáticas compromete a formação plural dos estudantes e reforça a colonialidade do saber (Mignolo, 2006), na qual apenas determinados conhecimentos são reconhecidos como legítimos.

Essa análise também leva em consideração a relação entre tema e autoria, destacando a relevância de reconhecer como diferentes experiências e perspectivas moldam a abordagem dos temas. Um dado significativo é que todas as obras das áreas de Religião, Arte e História, identificadas



como de autoria negra, apresentam perspectivas afrocentradas. No entanto, é fundamental enfatizar que o lócus de enunciação não constitui um critério exclusivo para a abordagem dessas temáticas.

Conforme argumenta Ribeiro (2017), o conceito de lugar de fala não deve ser interpretado como uma restrição epistemológica que limita a análise de determinadas questões apenas aos indivíduos pertencentes aos grupos a que se referem. Pelo contrário, trata-se do reconhecimento da historicidade dos discursos e das relações de poder que estruturam a produção do conhecimento. Contudo, compreender quem fala e a partir de qual contexto é essencial para analisar as dinâmicas de legitimação e marginalização do saber.

No âmbito da Literatura, especificamente, a concentração de autores homens brancos levanta questionamentos sobre quais experiências e imaginários têm sido proporcionados pelo acervo. Conforme pontua Dalcastagnè (2012), a literatura atua como um reflexo simbólico no qual os indivíduos procuram representações de suas vivências, identidades e trajetórias. Quando os acervos bibliográficos são predominantemente formados por obras de homens brancos, restringe-se a diversidade de narrativas disponíveis, dificultando a expressão de diferentes formas de existência e reforçando um imaginário padronizado e excludente.

Os dados desta pesquisa convergem com os estudos de Dalcastagnè (2012), segundo os quais a produção literária brasileira tem sido amplamente dominada por autores brancos, o que influencia diretamente as temáticas abordadas e a construção das personagens. Nesse sentido, a ausência ou a baixa representatividade de escritores negros, indígenas e de outros grupos historicamente marginalizados no acervo analisado, além de refletir um padrão enraizado na indústria editorial, que tradicionalmente privilegiou narrativas e perspectivas eurocêntricas, compromete as referências culturais e identitárias disponíveis para os alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados evidenciam que as bibliotecas dos Institutos Federais analisadas ainda operam sob uma lógica colonial, reforçando a hegemonia branca e cisgênera na produção e disseminação do conhecimento. A ausência de autores negros, indígenas e dissidentes de gênero, bem como a escassez de obras que dialoguem com epistemologias afrocentradas e indígenas, compromete o papel das bibliotecas como espaços democráticos de pluralidade epistêmica.

Para superar essa desigualdade, é fundamental revisar as políticas de acervo, garantindo a inclusão de autorias e temáticas marginalizadas. A incorporação de epistemologias diversas não se trata apenas de uma questão de representatividade, mas de um compromisso com uma educação



crítica e inclusiva, alinhada às diretrizes educacionais e à realidade social brasileira. Como aponta Freire (2005), uma educação libertadora deve possibilitar o acesso a múltiplas formas de conhecimento, promovendo uma prática dialógica e crítica que contribua para a construção de um ambiente escolar emancipatório, no qual as diversas identidades e narrativas sociais sejam reconhecidas e valorizadas.

Ademais, é imprescindível que as bibliotecas dos Institutos Federais estejam em conformidade com as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que tornam obrigatório o ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena no currículo escolar. No entanto, conforme evidenciado na pesquisa, a escassez de materiais sobre essas temáticas nos acervos analisados demonstra um desalinhamento entre a legislação e a prática educacional. Dessa forma, políticas de desenvolvimento de acervos que priorizem a inclusão de produções intelectuais de grupos historicamente marginalizados são fundamentais para romper com a exclusão epistêmica e promover uma educação que contemple a diversidade cultural e histórica do Brasil.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Editorial, 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Expansão da Rede Federal**. [S. l.], 2024. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco-es/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 13 jun. 2024.

BONASSI, Brune Camilo. **Cisnorma**: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021



DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea: um território contestado**. Rio de Janeiro: Horizonte, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GOMES, Nilma Lino. O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. **Revista de Filosofia Aurora**, v. 33, n. 59, p. 435-454, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6733/673373992012/html/>. Acesso em: 19 fev. 2025.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012. Disponível em: http://www.apoeesp.org.br/sistema/ck/files/5_Gomes_N%20L_Rel_etnico_raciais_educ%20e%20descolonizacao%20do%20curriculo.pdf. Acesso em: 5 dez. 2024.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista de Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

MIGNOLO, Walter D. Os esplendores e as misérias da ‘ciência’: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.) **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ‘ciências’ revistado. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e Ciências Sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice**. São Paulo: Cortez, 1995.

VERGUEIRO, V. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. In: MESSEDER, S.; CASTRO, M.G.; MOUTINHO, L. (Orgs). **Enlaçando sexualidades**: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 249-270.